



## **EDITAL Nº 878/2021**

### **ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO TELETRABALHO OBRIGATÓRIO ENTRE 26 DE DEZEMBRO DE 2021 E 9 DE JANEIRO DE 2022**

**FERNANDO PAULO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

**TORNA PÚBLICO**, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 56.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o seu Despacho n.º 71-A/2021, exarado em 23 de dezembro de 2021, que se transcreve:

“Considerando a evolução da situação epidemiológica, verificando-se, na atualidade, um crescimento significativo da taxa de incidência do vírus SARS-CoV-2.

Considerando a necessidade de promover o reforço das medidas de prevenção da infeção epidemiológica por COVID- 19 no sentido de conter o agravamento da crise pandémica e sanitária.

Considerando a situação de calamidade em curso, declarada pelo Governo no âmbito da pandemia da doença COVID- 19, nos termos previstos no artigo 19º e seguintes da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual.

Considerando as medidas aprovadas na reunião extraordinária do Conselho de Ministros realizada a 21 de dezembro passado, no âmbito do reforço do combate à pandemia da doença COVID- 19, consagrando novas restrições.

Considerando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 181-A/2021, de 23 de dezembro, que altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

**Determina-se a adoção e implementação do regime de teletrabalho obrigatório no âmbito do funcionamento dos serviços municipais, desde que a natureza das funções exercidas e sempre que as funções em causa o permitam, no período temporal compreendido entre 26 de dezembro de 2021 e 9 de janeiro de 2022, devendo ser garantido, salvaguardado e devidamente acautelado:**



1. O regular e adequado funcionamento dos serviços, devendo ser avaliada a prestação de trabalho presencial por parte de, pelo menos, um trabalhador em cada setor, serviço e unidade orgânica abrangidos pelo teletrabalho, em regime de rotatividade, de acordo com o princípio da continuidade dos serviços públicos;
2. A regular e adequada prestação de serviços de atendimento presencial ao público, o qual é incompatível com a prestação de teletrabalho, atenta a natureza das funções em causa;
3. A abertura, o funcionamento e a manutenção dos equipamentos municipais, salvo situações excecionais e com observância das necessidades e restrições de saúde pública;
4. A prestação de serviços públicos básicos e essenciais à população, designadamente nas áreas municipalizadas da água e saneamento, da recolha de resíduos urbanos, da proteção civil, do Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira e do Centro de Recolha Oficial;
5. A realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e da sessão ordinária da Assembleia Municipal previamente marcadas e convocadas para o período temporal de vigência do presente despacho, com a prática dos atos, formalidades e procedimentos necessários à sua efetivação nos termos legais e regimentais aplicáveis.

**Compete às senhoras dirigentes e aos senhores dirigentes das unidades orgânicas e dos serviços municipais assegurar o cumprimento e a execução do presente despacho.**

O presente despacho é proferido no uso das competências que me são conferidas pelos artigos 35º, n.º 2, alínea a), e 37º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, com as demais alterações legislativas subsequentes e na redação em vigor, a qual aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugados com o disposto no artigo 27º, n.º 2, alínea a), da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as demais alterações legais posteriores e na redação atual, constante do respetivo Anexo, e bem assim no exercício da competência que me é cometida pelos artigo 6º, n.º 1, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação atual.



**O presente despacho vigora entre 26 de dezembro de 2021 e 9 de janeiro de 2022.**

Proceda-se à publicitação do presente despacho, nos termos da Lei e mediante edital a publicar nos lugares de estilo e públicos do costume, no sítio do Município na Internet e no Boletim Municipal.

Proceda-se, também, à divulgação do presente despacho junto das unidades orgânicas e serviços municipais, mediante correio eletrónico e nos termos habituais.”

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e publicitado no sítio do município na Internet.

E eu, \_\_\_\_\_, Diretor do  
Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 27 de dezembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,